

PORTARIA GP Nº 25,
de 23 de setembro de 2003

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Juíza ELIANA FELIPPE TOLEDO

ANEXO
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SET/2002 A AGO/2003

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

| DESPESA DE PESSOAL | DESPESA LIQUIDADA |
|---|---------------------|
| | set/2002 a ago/2003 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I) | 314.173 |
| Pessoal Ativo | 272.733 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 73.291 |
| Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF) | 31.851 |
| (-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0 |
| (-) Decorrentes de Decisão Judicial (1) | 8.070 |
| (-) Despesas de Exercícios Anteriores | 23.774 |
| (-) Inativos com Recursos Vinculados (2) | 7 |
| OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II) | 0 |
| TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II) | 314.173 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III) | 217.665.628 |
| % do TOTAL DA DESP. LÍQUIDA COM PESSOAL s/ a RCL (IV)=(I+II) / (III) | 0,144337 |
| LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,249272% | 542.579 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) – 0,236808% | 515.450 |
| FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF) (3) | 6.388 |
| % da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V) | 0,002935 |
| TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF – (0,141403%) = (IV) – (V) (4) | 307.785 |
| LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) – 0,140435% | 305.678 |

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI

Notas: (1) Este item refere-se às despesas com pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor referentes a diversos órgãos da Administração Pública Federal. (2) Este item refere-se a despesas realizadas na fonte de recursos 56. (3) Considerados valores aproximados com a revisão geral de 1% (janeiro de 2003 - Lei 10.697/2003), Vantagem Pecuniária Individual aos servidores (10.698/2003) e reestruturação das carreiras dos servidores (Lei 10.475/2002). (4) A extrapolação do limite permitido deve-se ao fato de que, em 2002, base de comparação, cerca de 44% da despesa com inativos e pensionistas foi realizada na fonte 56 e no exercício 2003 não há recursos dessa fonte no orçamento do Tribunal.

Adlei Cristian Carvalho Pereira
Diretor-Geral

Clérison Alves Santos
Ordenador de Despesas - Pessoal

Eliana Felipe Toledo
Juíza Presidente do Tribunal

Olímpia Alves Leão
Responsável Controle Interno